

# Companhia Geral de Minas

*Demonstrações financeiras*

*em 31 de dezembro de 2025*

## **Relatório da Administração**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Srs. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 acompanhadas das notas explicativas. A diretoria está à disposição dos acionistas para prestar quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Poços de Caldas, 27 de março de 2026

A Diretoria

**Daniel dos Santos Junior**

**Diretor Presidente**

**Gisele Fernanda Salvador**

**Diretora**

*Vagner Costa Santos*

**Vagner Costa Santos**

**Contador, CRC 1SP321620/O**

## Índice

Balço patrimonial .....	4
Demonstraço do resultado .....	5
Demonstraço do resultado abrangente .....	5
Demonstraço das mutaço es do patrimnio lquido .....	6
Demonstraço dos fluxos de caixa .....	7
1. Informaço es gerais .....	8
2. Resumo das principais prticas contbeis .....	8
3. Estimativas e julgamentos contbeis crticos .....	14
4. Gesto de risco financeiro .....	14
5. Instrumentos financeiros por categoria .....	15
6. Caixa e equivalentes de caixa .....	15
7. Outros Ativos .....	15
8. Investimentos .....	16
9. Imobilizado .....	17
10. Fornecedores .....	18
11. Provisao Restaurao Ambiental .....	18
12. Outros Passivos .....	18
13. Transaço es com partes relacionadas .....	19
14. Patrimnio lquido .....	19
15. Receitas .....	19
16. Seguros .....	20

**Companhia Geral de Minas**  
**Balanco Patrimonial em 31 dezembro**  
Valores em milhares de reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PL</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.295	8.329	Fornecedores	10	4.660	2.417
Estoque		255	-	Obrigações tributárias e trabalhistas		1.045	1.402
Transações com partes relacionadas	13	3.797	2.164	Imposto de renda e contribuição social		347	204
Créditos fiscais a compensar		-	-	Transações com partes relacionadas	13	266	334
Dividendos a receber		-	1	Provisão para contingências		44	146
Outros ativos	7	18	209	Dividendos a pagar	14		-
<b>Circulante</b>		<b>14.365</b>	<b>10.703</b>	Provisão para restauração ambiental	11	3.442	3.442
Depósitos Judiciais		532	509	Outros passivos	12	2.254	2.952
Outros ativos LP	7	8.910	7.077	<b>Circulante</b>		<b>12.058</b>	<b>10.897</b>
Investimentos	8	108	167	Provisão para restauração ambiental	11	7.699	6.661
Imobilizado	9	23.085	27.655	Provisão para contingências		274	267
<b>Não Circulante</b>		<b>32.635</b>	<b>35.408</b>	Outros passivos LP	12	2.681	3.931
				<b>Não Circulante</b>		<b>10.654</b>	<b>10.859</b>
				Capital Social	14	16.775	16.775
				Reservas de capital		119	59
				Reservas de lucros		570	570
				Lucros acumulados		6.824	6.951
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>24.288</b>	<b>24.355</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>47.000</b>	<b>46.111</b>	<b>Total do Passivo e PL</b>		<b>47.000</b>	<b>46.111</b>

**Companhia Geral de Minas**  
**Demonstração do resultado abrangente em 31 dezembro**  
Valores em milhares de reais

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receitas líquidas	15	30.377	25.898
Custo das vendas		(29.449)	(25.104)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>928</b>	<b>794</b>
Despesas administrativas		(719)	(834)
Outras receitas (despesas) operacionais		5	1
Participação em sociedades controladas	8	5	4
<b>Resultado Operacional</b>		<b>219</b>	<b>(35)</b>
Receitas financeiras		984	576
Despesas financeiras		21	(10)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		4	(36)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição</b>		<b>1.009</b>	<b>530</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.355)	(1.019)
<b>Prejuízo (Lucro) do exercício</b>		<b>(127)</b>	<b>(524)</b>
Ações em circulação no fim do exercício (em milhares)		11.061	11.061
<b>Prejuízo (Lucro) líquido por ação da Companhia – R\$ no fim do exercício</b>		<b>(11.48)</b>	<b>(47.37)</b>
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Prejuízo (Lucro) do exercício</b>		<b>(127)</b>	<b>(524)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(127)</b>	<b>(524)</b>

**Companhia Geral de Minas****Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros		Patrimônio Líquido
	Capital Social	Prêmio de opções de ações	Incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16.775</b>	<b>25</b>	<b>8</b>	<b>562</b>	<b>6.203</b>	<b>-</b>	<b>23.573</b>
Lucro líquido do exercício						(524)	(524)
Dividendos revertidos					1.272		1.272
Prêmio de opção de ações		34					34
Reserva para investimentos					(524)	(524)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.775</b>	<b>59</b>	<b>8</b>	<b>562</b>	<b>6.951</b>	<b>-</b>	<b>24.355</b>
Prejuízo do exercício						(127)	(127)
Dividendos revertidos							
Prêmio de opção de ações		60					60
Reserva para investimentos					(127)	(127)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>16.775</b>	<b>119</b>	<b>8</b>	<b>562</b>	<b>6.824</b>	<b>-</b>	<b>24.288</b>

**Companhia Geral de Minas**  
**Demonstração dos fluxos de caixa em 31 dezembro**  
Valores em milhares de reais

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
LAIR		1.288	495
Ajustes		12.420	14.715
Depreciação, amortização e exaustão	9	8.148	9.783
Provisões		4.278	4.936
Equivalência patrimonial	8	(6)	(4)
		<u>13.648</u>	<u>15.210</u>
Redução (aumento) nos ativos e passivos		<b>(8.169)</b>	<b>(8.960)</b>
Transações com partes relacionadas (ativo)	13	(1.633)	1.384
Estoques		(255)	-
Créditos fiscais		-	-
Depósitos judiciais		(23)	(19)
Outros ativos	7	(1.641)	(1.624)
Fornecedores	10	2.243	(233)
Outros a pagar	12	(2.683)	(2.029)
Provisão para restauração e reabilitação ambiental	11	(2.540)	(5.873)
Obrigações tributárias		(357)	483
Transações com partes relacionadas (passivo)	13	(68)	3
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.212)	(1.052)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u><b>5.479</b></u>	<u><b>6.250</b></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		<b>(3.513)</b>	<b>(3.440)</b>
Aquisição de ativo imobilizado	9	(3.578)	(3.441)
Dividendos recebidos	8	65	1
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u><b>(3.513)</b></u>	<u><b>(3.440)</b></u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<u><b>1.966</b></u>	<u><b>2.810</b></u>
<b>Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u><b>8.329</b></u>	<u><b>5.519</b></u>
<b>Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<u><b>10.295</b></u>	<u><b>8.329</b></u>

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

#### 1. Informações gerais

As atividades da Companhia Geral de Minas S.A. ("Companhia") concentram-se na pesquisa, lavra e exploração de minas ou jazidas minerais de qualquer espécie, não só as que adquiriu no ato da escritura mas também as que vierem a ser adquiridas aproveitamento, tratamento, beneficiamento dos respectivos minérios ou produtos manufaturados, em qualquer de suas formas, podendo ainda, exportar, comprar e vender minérios.

A Companhia é uma sociedade por ações com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, e é controlada pela Alcoa Alumínio S.A. que possui 99,99% do capital social da Companhia, a qual por sua vez é uma subsidiária integral indireta da Alcoa Corporation (Estados Unidos). A Companhia em conjunto com sociedades ligadas, compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia Geral de Minas S.A. foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2025.

#### 2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

##### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

##### (a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- **Alteração ao CPC 02** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21/CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2025.

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

- **Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE**

Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, instituindo no Brasil o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra do Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por empresas brasileiras que fazem parte de grupos econômicos multinacionais. No âmbito internacional, diversas jurisdições já promulgaram normas relacionadas ao Pilar Dois. O Grupo encontra-se no escopo das regras de Pilar Dois da OCDE, uma vez que o mesmo apresentou receita consolidada superior a EUR 750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios. Nos termos da referida legislação do Pilar Dois, o Grupo poderá estar sujeito ao pagamento de um complemento de imposto pela diferença entre a alíquota efetiva de imposto GloBE (Global Anti-Base Erosion) por jurisdição e a alíquota mínima de 15%. Com base nas análises efetuadas, devido a aplicação das Regras Simplificadoras Globe de Transição (RSGT), não houve impacto material nas demonstrações financeiras em função deste tema.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. Ademais, outras alterações publicadas para o exercício de 2025 não são relevantes para a Companhia. Isto posto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, a administração continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil.

## 2.2. Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua investida são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os resultados financeiros cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

## 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta

## **Companhia Geral de Minas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

#### **2.4. Ativos financeiros**

##### **2.4.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

##### **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados contra o resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

##### **2.4.3 Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A deterioração de um ativo ou grupo de ativos financeiros só se caracteriza quando há

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

#### 2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e sociedades ligadas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos.

#### 2.6. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, jazidas minerais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico subtraído da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefício econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. As jazidas minerais são exauridas individualmente com base na estimativa de produção da mina. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	20
Equipamentos e instalações	10 a 25
Mina/Direito de Uso	10 a 30
Móveis e utensílios	4 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

#### 2.7. Impairment de ativos não financeiros

## **Companhia Geral de Minas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### **2.8. Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **2.9. Provisões para restauração e reabilitação ambiental**

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem somente a despesa corrente do exercício, haja vista que a Companhia apura os tributos diretos pelo regime de apuração do Lucro Presumido.

#### **2.11. Benefícios a empregados**

## **Companhia Geral de Minas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

#### **(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

#### **(b) Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

#### **(c) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

## **2.12. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle é transferido e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **(a) Venda de produtos mercado interno**

O reconhecimento da receita de vendas no mercado interno é basicamente para a controladora Alcoa Alumínio S.A., que substancialmente refere-se à venda de bauxita, baseia-se nos princípios a seguir:

(i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho e transferência

## **Companhia Geral de Minas**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

de controle.

#### **(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:

- (a) provisões para contingências e avaliação de processos tributários;
- (b) impacto de *impairment* nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar;
- (c) provisão para restauração e reabilitação ambiental;
- (d) revisão de vida útil do ativo imobilizado.

### **4. Gestão de risco financeiro**

#### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (basicamente risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da controladora, segundo as políticas aprovadas pela controladora.

#### **(a) Risco de mercado**

Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

#### **(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's.

#### **(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da controladora. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

Companhia, cumprimento de cláusulas, caso seja aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, a Companhia conta com o apoio imediato de sua controladora. Assim, a Companhia pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o grupo de tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a contas a pagar e a receber com partes relacionadas e outros fornecedores.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e bancos	80	75
Aplicações financeiras	10.215	8.254
<b>Total Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.295</b>	<b>8.329</b>

Em 31 de dezembro de 2025, caixa e equivalentes de caixas incluíam substancialmente saldo de caixa, banco e aplicações financeiras com alto índice de liquidez de mercado, vencimentos superiores a 90 dias e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados em 2025 a base média de 99.8% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2024).

## 7. Outros Ativos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamento a Empregados	-	2
Adiantamento Fornecedores	-	39
Despesas antecipadas	(858)	168
Exploração de Minas	9.786	7.077
	<b>8.928</b>	<b>7.286</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>18</b>	<b>209</b>
<b>Outros ativos LP</b>	<b>8.910</b>	<b>7.077</b>

**Companhia Geral de Minas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

**8. Investimentos**

		<b>Saldos dos Investimentos em 31 dezembro</b>	
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Participação</b>		
Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda	4,026%	167	164
		<b>167</b>	<b>164</b>
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Em 1° de Janeiro</b>		<b>167</b>	<b>164</b>
Participação nos lucros de coligadas		5	4
Dividendos recebidos/antecipados de coligadas		(64)	(1)
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>108</b>	<b>167</b>

O percentual de participação na investida Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda. não sofreu alterações no exercício de 2025.

**Companhia Geral de Minas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

**9. Imobilizado**

	<b>Terrenos e Jazidas</b>	<b>Edificações</b>	<b>Equipamentos e instalações</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Desmobilização de Ativos</b>	<b>Total em Operação</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>28.506</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.488</b>	<b>33.997</b>
Aquisição	-	-	-	-	3.441	3.441
Depreciação / Exaustão / Amortização	(4.967)	(1)	-	-	(4.815)	(9.783)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2024</b>	<b>23.539</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.114</b>	<b>27.655</b>
Custo Total	59.410	174	6	4	20.426	80.020
Depreciação acumulada	(35.871)	(172)	(6)	(4)	(16.312)	(52.365)
<b>Valor Residual</b>	<b>23.539</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.114</b>	<b>27.655</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2024</b>	<b>23.539</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.114</b>	<b>27.655</b>
Aquisição	-	-	-	-	3.578	3.578
Depreciação / Exaustão / Amortização	(4.139)	(1)	-	-	(4.008)	(8.148)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2025</b>	<b>19.400</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.684</b>	<b>23.085</b>
Custo Total	59.411	174	6	4	24.004	83.599
Depreciação acumulada	(40.010)	(174)	(6)	(4)	(20.320)	(60.514)
<b>Valor Residual</b>	<b>19.401</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.684</b>	<b>23.085</b>
Taxas Anuais de depreciação - %	0-30	20	10-25	4-10	1-10	

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

#### 10. Fornecedores

Em outubro de 2024, a Empresa celebrou acordo de financiamento de fornecedores, junto a uma instituição financeira. O programa permaneceu vigente durante todo o exercício de 2025, sem alterações relevantes em suas condições originais. Nesses termos, a Empresa oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado. A operação de risco sacado é um acordo de financiamento de fornecedores, em que a instituição financeira quita os valores que a Empresa deve a seus fornecedores e a Empresa concorda em pagar a instituição financeira conforme os termos e condições do acordo na mesma data, ou uma data posterior, quando os fornecedores são pagos. Esses acordos fornecem à Empresa prazos de pagamento estendidos, ou aos seus fornecedores prazos de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da nota fiscal relacionada.

A Administração avaliou os termos do programa, à luz das normas contábeis aplicáveis, e concluiu que o acordo continua apresentando características de contas a pagar, não sendo configurado como operação de dívida. Assim, os valores decorrentes do programa permanecem reconhecidos na linha de fornecedores, inclusive quando liquidados pela instituição financeira.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aquisição bauxita	-	1
Outras contas a pagar	4.660	2.416
	<u>4.660</u>	<u>2.417</u>

#### 11. Provisão Restauração Ambiental

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	10.103	9.200
Adição de provisões CP		-
Adição de provisões LP	3.578	6.776
Baixa de provisões CP	795	(1.836)
Baixa de provisões LP	(3.355)	(4.037)
<b>Total da provisão</b>	<u>11.141</u>	<u>10.103</u>

O saldo registrado na rubrica de provisão para restauração ambiental refere-se aos valores provisionados pela Companhia para futuros gastos para retornar ao estado original as áreas mineradas (principalmente na parte de solo, vegetação e fauna) e para o correto descarte de resíduo de processos produtivos e o monitoramento dos respectivos.

No encerramento do ano de 2025 o saldo desta provisão era de R\$ 11.141 (em 2024 R\$ 10.103) para cobrir gastos futuros necessários à recuperação ambiental sobre as áreas de mineração da Companhia.

#### 12. Outros Passivos

Em 2023 a Companhia firmou contrato para exploração de minério de bauxita em mina situada no local denominado Limoeiro, sendo R\$ 6.837 a curto prazo e R\$ 3.931 a longo prazo (máximo 3 anos). Em 2025 houve o pagamento da segunda parcela do adiantamento de lavra futura no valor de R\$3.819, reduzindo o valor da provisão de reserva a CP.

## Companhia Geral de Minas

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão Reserva CP	(2.214)	(2.917)
Outros Passivos CP	(40)	(35)
Provisão Reserva LP	(2.681)	(3.931)
<b>Total</b>	<b>(4.935)</b>	<b>(6.883)</b>
Circulante	(2.254)	(2.952)
Não Circulante	(2.681)	(3.931)
<b>Total</b>	<b>(4.935)</b>	<b>(6.883)</b>

### 13. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais com sociedades ligadas, na compra e venda de produtos. Tais transações são efetuadas dentro de condições, incluindo preços e prazos, normais de mercado.

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto por 11.061.095 ações ordinárias sem valor nominal.

#### b) Dividendos Propostos

No encerramento dos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia apresentou prejuízo.

#### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### d) Reserva de lucro para investimentos

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2025 e 2024 não houve constituição de reserva devido ao prejuízo apurado. Em 2023 foi constituída reserva para investimentos no valor de R\$3.562.

O saldo desta reserva de investimento será destinado para projetos de exploração de reservas de bauxita e outros projetos que visam a melhoria da eficiência operacional da Companhia.

### 15. Receitas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	33.867	27.884

**Companhia Geral de Minas****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

Impostos e deduções sobre vendas	(3.490)	(1.986)
<b>Total</b>	<b>30.377</b>	<b>25.898</b>

**16. Seguros**

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e suas responsabilidades.